Autoridade Tributária e Aduaneira, e após anuência do Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, foi autorizada a mobilidade interna na categoria de assistente técnico, de Pedro Mendes Ribeiro da Costa, no mapa de pessoal da Autoridade Tributária e Aduaneira, para exercer funções na Alfândega do Aeroporto de Lisboa, nos termos do disposto do artigo 92.º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a 1 de abril de 2015.

4 de fevereiro de 2016. — O Chefe de Divisão, *Manuel Pinheiro*.
209332401

Declaração de retificação n.º 151/2016

Por ter saído com inexatidão o aviso (extrato) n.º 9106/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 152, de 8 de agosto de 2014, referente a nomeações, em regime de substituição no cargo de adjuntos de chefe de finanças, e conforme despacho de 18.08.2015 do Subdiretor Geral Doutor Damasceno Dias, proferido no uso de competência delegada pela Diretora Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, retifica-se que onde se lê «Jorge Nascimento Lopes, no S.F. Valongo 2, por vacatura do lugar, com efeitos a 1.07.2014.» e «Mário Fernando Carneiro Coelho, no S.F. Valongo 2, por vacatura do lugar, com efeitos a 1.07.2014.» deve ler-se «Jorge Nascimento Lopes, no S.F. Valongo 2, por vacatura do lugar, com efeitos a 1.07.2014.» e «Mário Fernando Carneiro Coelho, no S.F. Valongo 2, por vacatura do lugar, com efeitos a 1.06.2014.»

18 de dezembro de 2015. — O Chefe de Divisão, *Manuel Pinheiro*.
209327891

Despacho n.º 2356/2016

Tendo sido dado cumprimento ao estabelecido nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, e concluído o procedimento concursal de seleção e recrutamento de chefe de divisão, da Divisão de Tributação e Justiça Tributária da Direção de Finanças de Bragança, cargo de direção intermédia de 2.º grau, publicitado no *Diário da República* n.º 135, 2.ª série, de 14 de julho de 2015, o júri, na ata final que integra o respetivo procedimento concursal, propôs, fundamentadamente, a designação do técnico da administração tributária, nível 2, Eduardo Augusto da Igreja Firmino, por reunir as condições exigidas para o cargo a prover.

Considerando os fundamentos apresentados pelo júri, o candidato revelou possuir as competências e a aptidão como as mais adequadas e indispensáveis para o exercício do cargo a prover.

Nestes termos, e atento o disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, concordo com a proposta do júri, pelo que designo no cargo de Chefe de Divisão de Tributação e Justiça Tributária da Direção de Finanças de Bragança, em comissão de serviço, pelo período de três anos, do técnico da administração tributária, nível 2, Eduardo Augusto da Igreja Firmino, com efeitos a 1 de fevereiro de 2016.

26 de janeiro de 2016. — A Diretora-Geral, *Helena Maria José Alves Borges*.

Nota curricular

1 — Dados pessoais

Nome: Eduardo Augusto da Igreja Firmino
Data de nascimento: 1 de fevereiro de 1963
Nacionalidade: Portuguesa
Naturalidade: Miranda do Douro

2 — Formação académica

(2014-2016) Mestrando em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
(2014-2015) Curso de Especialização em Ciências Jurídico-forenses pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
(2008-2012) Licenciatura em Direito pela Universidade Lusófona do Porto
(2009-2009) Curso de Pós-graduação em Direito do Emprego Público pela Universidade Lusófona do Porto
(1982-2006) Licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

3 — Categoria profissional

Técnico de Administração Tributária nível II

4 — Experiência profissional na AT/DGCI/DGT Em serviços des-concentrados:

(desde 02/2014) Chefe de Divisão de Tributação e Justiça Tributária, em regime de substituição
(06/2009-01/2014) Chefe de Finanças
(06/2001-01/2004) Tesoureiro de Finanças
(04/1983-05/2001) Tesoureiro-ajudante; Técnico tributário

Em serviços centrais:

(02/2006-05/2009) Coordenador do Núcleo Norte de Auditoria Interna (DSAI)
(02/2004-01/2006) Auditor interno (DSAI)

5 — Outra atividade profissional na AT

Representante da Fazenda Pública (DF de Bragança)
Consultor jurídico — Equipa de Consultadoria Jurídica (DF de Bragança)
Formador para as áreas da justiça tributária e contencioso tributário (DF de Bragança)
Formador PEJEF (DSF)
Interlocutor distrital no projeto SSA/SEF — Penhoras aduaneiras (DSGCT)
Interlocutor distrital na Equipa de Promoção Operacional (DSGCT)

6 — Formação profissional (súmula da formação mais relevante para o exercício do cargo)

(2015) Investigação Criminal e Fiscal
(2014) Gestão do Tempo
(2014) Liderança e Gestão de Equipas
(2009) Liderança e Gestão de Equipas I/II
(2009) SIADAP — Definição de Objetivos
(2008) Curso de Formação em Gestão Pública (FORGEP/INA)
(2008) Gestão de Projetos
(2008) Auditoria Interna I/II
(2007) Curso de Chefia Tributária
(2007) Gestão por Objetivos
(2006) Fraude e Evasão Fiscal
(2005) Auditoria Tributária

7 — Formação complementar

(2015) Colóquio «Novas Tendências do Direito e do Processo Penal» (FDUC)
(2015) Palestra «Recursos Jurisdicionais em Processo Civil» (FDUC)
(2009) Seminário «Regime Fiscal das SGPS» (ULP)
(2009) Seminário «Regime Fiscal dos Preços de Transferência» (ULP)

209328669

Despacho n.º 2357/2016

Tendo sido dado cumprimento ao estabelecido nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro e concluído o procedimento concursal de seleção para recrutamento do chefe de divisão, da Divisão de Apoio e Planeamento da Inspeção Tributária (DAPIT) da Direção de Finanças do Porto, cargo de direção intermédia de 2.º grau, publicitado no *Diário da República* n.º 247, 2.ª série, de 23 de novembro de 2014, o júri, na ata final que integra o respetivo procedimento concursal, propôs, fundamentadamente, a designação da inspetora tributária nível 2, Patrícia Joana Gonçalves Rodrigues, por reunir as condições exigidas para o cargo a prover.

Considerando os fundamentos apresentados pelo júri, a candidata revelou possuir competência técnica e aptidão como as mais adequadas e indispensáveis para o exercício do cargo a prover.

Nestes termos, e atento o disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, concordo com a proposta do júri, pelo que designo no cargo de chefe de divisão, da Divisão de Apoio e Planeamento da Inspeção Tributária (DAPIT) da Direção de Finanças do Porto, em comissão de serviço, pelo período de três anos, a inspetora tributária nível 2, Patrícia Joana Gonçalves Rodrigues, com efeitos a 1 de fevereiro de 2016.

3 de fevereiro de 2016. — A Diretora-Geral, *Helena Maria José Alves Borges*.

Curriculum Vitae

Patrícia Joana Gonçalves Rodrigues

A. Habilitações literárias

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia do Porto — 1993/1998 (pré-Bolonha)

Pós-graduação em Business Intelligence, promovida pelo Departamento de Inovação, Ciência e Tecnologia da Universidade Portuguesa — 2010/2011

B. Atividade profissional

Desde 2015/11/28: funcionário da atual Autoridade Tributária e Aduaneira (ex-DGCI), com o seguinte percurso:

2009/03/24 — Inspetor Tributário nível 2
2007/11/20 — Técnico Economista 2.ª classe
2005/11/28 — Técnico Economista Estagiário

Desde 2014/01/31 exerce funções de Coordenação do Núcleo de Seleção da Área de Apoio e Planeamento da Inspeção Tributária.

De 2005/11/28 a 2009/03/01 exerceu funções na Área Operacional da Inspeção Tributária, na qualidade de inspetora externa.

De 2009/03/02 a 2014/01/31 passou a exercer funções na Área de Apoio e Planeamento da Inspeção Tributária, em concreto no Núcleo de Apoio Informático à Inspeção.

De 2000/09/01 a 2005/11/27: integrou os Serviços de Apoio Técnico à Direção Financeira de um grande grupo multinacional na área da produção e comercialização de vinhos de mesa e generosos.

De 1999/10 a 2000/06: prestou serviços de assessoria financeira e de gestão à gerência de uma empresa de capital francês, implantada em Portugal na área da comercialização a retalho de vestuário.

De 1998/09 a 1999/09: exerceu funções de auditora financeira numa das “Big Five companies” do setor de auditoria e consultoria.

C. Outras atividades

Em junho de 2015 participou, como única representante de Portugal, no programa Fiscalis (encontros internacionais das administrações fiscais comunitárias) que se realizou na Dinamarca, sob o tema “análise de risco e seleção de contribuintes”.

Em outubro de 2009 integrou o Grupo de Trabalho 09 290 — Modelos de Propensão à Fraude, com o objetivo de conceber modelos de propensão à fraude passíveis de serem implementados em aplicações informáticas para eventual seleção de contribuintes de risco.

De 2009 a 2013 foi oradora no âmbito do programa FISCALIS, cabendo-lhe apresentar aos convidados estrangeiros as ferramentas informáticas e outras tecnologias disponíveis aos auditores externos portugueses.

Em junho de 2008 foi formadora, no distrito do Porto, da nova aplicação Sistema Integrado de Informação da Inspeção Tributária (SIIT), tendo desde então sido responsável pelo apoio aos inspetores nesta área. Em janeiro de 2015 deu formação aos inspetores estagiários.

D. Formação complementar

Curso de formação para Formadores
Liderança e Gestão de equipas
Gestão do Tempo
Diploma “*First Certificate*” em Inglês
Formações diversas na área informática, na ótica do utilizador
209327315

Despacho n.º 2358/2016

Tendo sido dado cumprimento ao estabelecido nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, e concluído o procedimento concursal de seleção para recrutamento do chefe de divisão, da Divisão de Justiça Tributária da Direção de Finanças de Vila Real, cargo de direção intermédia de 2.º grau, publicitado no *Diário da República* n.º 187, 2.ª série, de 24 de setembro de 2015, o júri, na ata final que integra o respetivo procedimento concursal, propôs, fundamentadamente, a designação do técnico de administração tributária, nível 2, Manuel dos Reis Pires Martins, por reunir as condições exigidas para o cargo a prover.

Considerando os fundamentos apresentados pelo júri, o candidato revelou possuir competência técnica e aptidão como as mais adequadas e indispensáveis para o exercício do cargo a prover.

Nestes termos, e atento o disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015,

de 3 de setembro, concordo com a proposta do júri, pelo que designo no cargo de chefe de divisão, da Divisão de Justiça Tributária da Direção de Finanças de Vila Real, em comissão de serviço, pelo período de três anos, o técnico de administração tributária, nível 2, Manuel dos Reis Pires Martins, com efeitos a 1 de fevereiro de 2016.

3 de fevereiro de 2016. — A Diretora-Geral, *Helena Maria José Alves Borges*.

Nota curricular**I — Identificação**

Nome: Manuel dos Reis Pires Martins
Data de Nascimento: 06 de janeiro de 1961

II — Formação Académica

Licenciatura em Direito — Universidade de Coimbra — 1997

III — Situação Profissional

Técnico de Administração Tributária, nível 2, do quadro da Direção de Finanças de Vila Real

IV — Experiência Profissional

Ingresso na DGCI como Liquidador Tributário Estagiário, em abril de 1982

Formador na área da Justiça Tributária desde 1997

Representante da Fazenda Pública, desde 2000

Membro da equipa descentralizada no núcleo SIADAP e interlocutor distrital

Chefe de Divisão de Justiça Tributária, em regime de substituição na Direção de Finanças de Vila Real, desde 01 de janeiro de 2011

V — Formação Profissional

Ações de formação várias nos domínios do direito tributário ministradas pela DGCI e AT

Ações de formação na área de Gestão e Liderança de Equipas
209328603

Despacho n.º 2359/2016

Tendo sido dado cumprimento ao estabelecido nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, e concluído o procedimento concursal de seleção para recrutamento de Diretor de Serviços de Gestão de Créditos Tributários, cargo de direção intermédia de 1.º grau, publicitado no *Diário da República* n.º 192, 2.ª série, de 01 de outubro de 2015, o júri, na ata final que integra o respetivo procedimento concursal, propôs, fundamentadamente, a designação do inspetor tributário, nível 2, Carlos Alexandre Eira Matos Borges, por reunir as condições exigidas para o cargo a prover.

Considerando os fundamentos apresentados pelo júri, o candidato revelou possuir as competências e a aptidão como as mais adequadas e indispensáveis para o exercício do cargo a prover.

Nestes termos, e atento o disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, concordo com a proposta do júri, pelo que designo no cargo de Diretor de Serviços de Gestão de Créditos Tributários, em comissão de serviço pelo período de três anos, o inspetor tributário, nível 2, Carlos Alexandre Eira Matos Borges, com efeitos a 1 de fevereiro de 2016.

3 de fevereiro de 2016. — A Diretora-Geral, *Helena Maria José Alves Borges*.

Curriculum vitae**1 — Dados pessoais**

Nome: Carlos Alexandre Eira Matos Borges
Data de Nascimento: 01 de janeiro de 1973

2 — Habilitações académicas

Licenciado em Direito — Universidade Internacional de Lisboa, 1997

3 — Categoria profissional atual

Inspetor Tributário Nível 2